

Tião Viana quer votar processos contra Renan dia 22

O presidente interino do Senado, Tião Viana, defende a votação em Plenário, até o dia 22, de todos os processos que tramitam no Conselho de Ética contra Renan Calheiros. Hoje, o conselho ouve o governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, no processo em que Renan é acusado de comprar emissoras. **Página 6**

CCJ faz amanhã audiência sobre precatórios

O governador de Mato Grosso do Sul e os presidentes da Andes e da Confederação Nacional dos Municípios estão entre os convidados da audiência pública que a CCJ promoverá amanhã para debater as propostas que tratam dos precatórios judiciais. **Página 7**

MPs que revogam MPs trancam a pauta do Plenário

As decisões em Plenário estão obstruídas por três medidas provisórias baixadas pelo governo para revogar outras três MPs que trancavam a pauta da Câmara por ocasião da análise da CPMF. O objetivo era abrir espaço para votar, em primeiro turno, a prorrogação da CPMF e da DRU. **Página 6**

Comissão decide hoje a favor ou contra a CPMF

Kátia Abreu pede o fim da contribuição. Romero Jucá apresenta voto em separado defendendo a prorrogação. Mozarildo é substituído. Qualquer que seja o resultado na CCJ, proposta vai ao Plenário



Leopoldo Silva



Roosevelt Pinheiro

Ao lado de Marco Maciel na Comissão de Constituição e Justiça, Kátia Abreu apresenta relatório contrário à prorrogação da CPMF. Jucá defende a posição do governo

A CCJ vota hoje a proposta que prorroga a cobrança da CPMF. Kátia Abreu disse que o fim do tributo levaria à queda dos juros e a um crescimento adicional de 0,4% do PIB. Mas Romero Jucá argumentou que a cobrança é necessária para manter gastos sociais e investimentos. **Páginas 4 e 5**

Leopoldo Silva



Substituído como membro titular da CCJ, Mozarildo Cavalcanti (D) afirma que vai votar em Plenário contra prorrogação da CPMF



Em votação a cobrança do imposto sindical

A Comissão de Assuntos Econômicos vota hoje projeto que regulamenta as centrais sindicais e acaba com a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical. **Página 3**

Iniciativa comemora os 118 anos da criação dos quatro símbolos do país: Bandeira, Armas (brasão), Selo e Hino

Senado expõe símbolos nacionais até final de novembro

De hoje ao dia 30 deste mês, os visitantes do Senado poderão conferir a exposição *Símbolos Nacionais*, na Senado Galeria, localizada no Anexo I.

A iniciativa é em comemoração aos 118 anos da criação dos quatro símbolos nacionais do Brasil: a Bandeira, as Armas (ou Brasão Nacional), o Selo Nacional e o Hino Nacional. A mostra pode ser visitada das 9h30 às 17h.

A Bandeira Nacional e o Brasão Nacional foram criados em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a Proclamação da República.

Cada uma das quatro cores da bandeira tem um significado: o verde simboliza as matas; o amarelo representa o ouro (em referência às riquezas nacionais); o círculo azul, o céu; e o branco, a paz. Originalmente, o círculo azul – cortado por uma faixa com a frase “Ordem e Progresso” – tinha 21 estrelas. Hoje, a Bandeira Nacional possui 27 estrelas, em referência aos 26 estados da Federação e ao Distrito Federal.

As Armas Nacionais representam a glória, a honra e a nobreza do Brasil, e seu uso é obrigatório nos edifícios-sedes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) dos governos federal, estaduais e municipais. Nos quartéis militares e policiais e nos salões principais de escolas

públicas, também é obrigatória a exibição do brasão.

A finalidade do Selo Nacional é a autenticação dos documentos oficiais. Já o Hino Nacional tem letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. Até a Proclamação da República, foi executado em solenidades civis e militares, mas sem letra. Somente em 1922, a letra de Joaquim Osório foi oficializada pelo Decreto Legislativo 15.671, assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa.

Dia da Bandeira

Em comemoração ao Dia da Bandeira – 19 de novembro –, o Senado e a Câmara dos Deputados irão promover a solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional na próxima segunda-feira, às 11h45. Com a presença de parlamentares, a cerimônia ocorrerá na rampa do Congresso.

Foram convidados para participar do evento 40 alunos da escola de ensino fundamental da 104 Norte, do Distrito Federal, 78 crianças que integram o Grupo do Parlamento Jovem Brasileiro, os servidores das duas Casas do Congresso e seus familiares.

A solenidade contará ainda com desfile de cadetes do Corpo de Bombeiros conduzindo as bandeiras históricas do Brasil e com a execução dos hinos Nacional e da Bandeira, pela banda de música do Exército Brasileiro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MPs e projetos em regime de urgência obstruem a pauta do Plenário

Três medidas provisórias (MPs) trancam hoje a pauta do Senado. Essas MPs foram baixadas com o objetivo de revogar medidas que obstruam a pauta da Câmara na ocasião em que os deputados vota-

ram a CPMF.

Se desobstruírem a pauta, os senadores podem analisar outros itens na sessão deliberativa que começa às 14h, como dois projetos de lei que tramitam em regime de

urgência. O primeiro (PLS 412/03) estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O segundo é o PLC 20/07, relativo ao tribunal do júri.

Direito autoral e medicamentos em debate

O papel do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) será discutido na Comissão de Educação (CE) a partir das 10h. No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate

questões emergenciais de saúde pública com o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, e representantes dos usuários de medicamentos importados, da indústria farmacêutica e do sistema hospitalar.



Projeto sobre imposto sindical na pauta da CAE

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota as emendas ao projeto das Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008, mensagens com indicações para a diretoria do Banco Central e outras 14 proposições, como a que propõe o fim da obrigatoriedade do pagamento da contribuição ou imposto sindical.

Às 10h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) também analisa emendas ao projeto da LOA 2008. Em seguida, vota a indicação do diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para o cargo de embaixador do Brasil na Índia e, cumulativamente, no Reino do Nepal e nas repúblicas das Maldivas e de Bangladesh.

Comissões analisam emendas ao Orçamento

As 11 comissões permanentes do Senado realizam hoje reuniões para analisar suas emendas ao projeto de Orçamento do governo para 2008. Os horários das reuniões são os

seguintes: Legislação Participativa e Assuntos Econômicos, 10h; Relações Exteriores, 10h30; Meio Ambiente, 11h30; Constituição e Justiça, 12h; Educação e Infra-

Estrutura, 14h; Assuntos Sociais, 14h15; Ciência e Tecnologia, 14h30; Agricultura e Reforma Agrária, 15h, e Desenvolvimento Regional, 17h.

CI analisa recondução de diretor da ANP

A CI analisa, às 14h, emendas ao projeto da LOA de 2008. Após, vota a indicação de Haroldo Lima para ser reconduzido ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocom-

bustíveis (ANP). No mesmo horário, a CRE realiza audiência com Matthias Dutschke, coordenador do Grupo de Trabalho 3 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.



Indícios de irregularidades em obras

Às 10h, o comitê da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que avalia informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves ouve diretores da Petrobras, e às 14h, a CMO promove audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, sobre as metas fiscais para o segundo quadrimestre de 2007.

CPI ouve membros do Ministério Público

A comissão parlamentar de inquérito que investiga as organizações não-governamentais (CPI das ONGs) ouve, às 11h, o procurador de Justiça do Distrito Federal José Eduardo Sabo Paes, o promotor de Justiça Gladaniel de Carvalho e o advogado Alexandre Ciconello.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho, Papaléo Paes, João Pedro, Paulo Paim e Wellington Salgado

Aquecimento global, direito autoral no cinema e na música e cumprimento de metas fiscais do governo estão entre os assuntos na pauta das comissões



Leopoldo Silva

O Plenário deve examinar três medidas provisórias e dois projetos de lei em regime de urgência para desobstruir a ordem do dia

Pauta da semana inclui MPs, Conselho de Ética e CPMF

A votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a apresentação, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do relatório de Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a terceira representação contra Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente licenciado do Senado, devem mobilizar a Casa esta semana.

Também movimentam o Senado cinco audiências públicas promovidas pelas comissões permanentes, que realizam ainda reuniões para votar emendas ao Orçamento para 2008. No Plenário, a pauta está travada por três medidas provisórias. Se forem votadas, liberam a agenda, que inclui, entre outros itens, dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência e dez propostas de emenda constitucional.

Em reunião extraordinária, foi apresentado ontem aos senadores da CCJ o relatório de Kátia Abreu (DEM-TO) à PEC 89/07, que prorroga a cobrança da CPMF e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011 (veja matéria na página 5). A relatora recomendou a rejeição da proposta.

No Conselho de Ética, a expectativa é de que ocorra amanhã a leitura do relatório sobre o processo que trata do uso de "laranjas" em suposta sociedade entre Renan e o usineiro João Lyra em emissoras de rádios e

jornal, em Alagoas. Jefferson Péres informou que já reúne as condições necessárias para a finalização de seu parecer. Hoje, deve falar ao conselho o governador de Alagoas e aliado político de Renan, Teotonio Vilela Filho. O colegiado poderá colher outros três depoimentos: do empresário Nazário Pimentel, que teria vendido o grupo de comunicação a Renan e Lyra; do funcionário Carlos Santa Rita, do gabinete de Renan; e de Sérgio Ferreira, que se apresentou a Jefferson como conhecedor das operações do usineiro.

A representação no Conselho de Ética que trata de suposto tráfico de influência pelo presidente licenciado do Senado em benefício da cervejaria Schincaiol, relatada pelo senador João Pedro (PT-AM), poderá ter um desfecho também amanhã. Já o exame do processo que se refere a um suposto esquema de fundos com verbas de ministérios comandados pelo PMDB, relatado por Almeida Lima (PMDB-SE), não tem data prevista. A quinta representação, de suposta tentativa de espionagem de senadores a mando de Renan, ainda não tem relator.

As dificuldades enfrentadas por usuários de medicamentos sem similar nacional, que dependem da importação dos remédios, serão debatidas em audiência pública hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão Permanente

de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social discutem hoje, no mesmo horário, questões relativas ao direito autoral nas áreas de cinema e música.

Metas fiscais

Também hoje, às 14h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouve o coordenador do Grupo de Trabalho 3 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Matthias Dutschke. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência pública para ouvir o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, sobre o cumprimento de metas fiscais para o segundo quadrimestre de 2007.

Entre as atividades de amanhã, destaca-se o debate que será promovido pela CCJ, às 14h30, a respeito de propostas de emenda à Constituição que modificam as normas sobre pagamento de precatórios judiciais.

Uma das propostas que tramitam em regime de urgência é o PLS 412/03 – Complementar, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra o sistema financeiro nacional. O segundo projeto em regime de urgência é PLC 20/07, que altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao tribunal do júri. Após a votação dos dois projetos, os senadores podem apreciar, entre outras propostas, a PEC 13/03, que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação de municípios e a PEC 48/03, que prorroga a obrigatoriedade de aplicação de recursos federais na irrigação.

Comissão deve analisar indicação de Haroldo Lima para dirigir ANP

A recondução de Haroldo Lima ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é um dos itens da pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que se reúne às 14h. A indicação, feita pela Presidência da República, tem como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O colegiado vai discutir e votar nessa reunião as emendas da comissão ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008 (PL 30/07-CN). A matéria será relatada pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e as emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento. Por meio da LOA, são estimadas as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e estabelecidos os gastos a serem realizados com tais recursos.

As reuniões da comissão ocorrerão na sala 13 da Ala Alexandre Costa.

Debate

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura adiou para data ainda a ser definida audiência pública com o ministro de Mi-

nas e Energia, Nelson Hubner, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. As duas autoridades deveriam prestar hoje esclarecimentos sobre o acordo energético entre Brasil e Bolívia para fornecimento de gás. O debate foi sugerido pelos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Renato Casagrande (PSB-ES).

A assessoria de Renato Casagrande informou que a audiência foi proposta porque os parlamentares estão preocupados com uma possível crise energética no Brasil. Um novo acordo entre Brasil e Bolívia poderá ser assinado em dezembro, durante encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente da Bolívia, Evo Morales.

Os senadores também pretendem ouvir explicações sobre a economia do país. Os requerentes da audiência estão preocupados, segundo a assessoria, com a possibilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, deixarem de fazer investimentos por medo do risco de apagão energético.



Célio Azevedo

CAE aprecia projeto do Executivo que regulamenta as centrais sindicais

Projeto que acaba com imposto sindical pode ser votado pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, a partir das 10h, projeto do Executivo (PLC 88/07) que regulamenta as centrais sindicais e acaba com a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical, paga pelo trabalhador uma vez por ano, e que corresponde a um dia de trabalho.

O texto original enviado ao Congresso não previa o fim da obrigatoriedade, mas a aprovação de uma emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), segundo a qual o recolhimento do imposto na folha de salários da empresa passa a depender de

autorização do trabalhador, alterou toda a tramitação da matéria, gerando polêmica entre sindicalistas e parlamentares.

Enquanto o deputado afirma que a contribuição sindical "é indecente, ilegítima e injusta", cálculos de especialistas dão conta de que os sindicatos poderão perder cerca de R\$ 500 milhões ao ano caso a medida entre em vigor.

A CAE deve votar ainda as cinco emendas da comissão a serem apresentadas ao projeto da Lei Orçamentária Anual para 2008, junto à Comissão Mista de Orçamento.

Para senadora, tributo pode ser substituído por medidas como reestimativa de receitas e de gastos públicos e redução das despesas com juros

Osmar exige mudanças para votar a favor

Osmar Dias (PR) afirmou que se o governo não “atender aos avanços” propostos pelo PDT, seu partido, votará contra a prorrogação da CPMF. O senador apontou como modificações necessárias a redução da alíquota e a interrupção do pagamento dos juros da dívida externa com os recursos do tributo.

– O governo tem de deixar de ser guloso com os impostos. Se a CPMF tem que continuar, que seja para atender à saúde.

Osmar disse que há semanas vem alertando para a forma como o governo negocia a prorrogação da CPMF no Senado. “O governo desrespeitou o PDT porque conversou com todos os partidos, menos o nosso. Se é só o PSDB que vai definir a CPMF, então o PDT está liberado para votar como quiser”, ressaltou.

O senador afirmou que o seu partido não quer cargos ou liberação de emendas para votar e declarou que foi um erro da legenda fechar questão em favor da manutenção da CPMF sem ouvir os seus senadores. Ele assinalou que, durante a campanha, não disse que vinha para o Senado votar contra ou a favor da CPMF e que o programa do PDT não obriga o parlamentar a concordar com o aumento da carga tributária. Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) enfatizou que o governo deveria explicar ao país quanto arrecadou com o tributo e onde aplicou os recursos.

Homenagem

Osmar ainda homenageou o proprietário do jornal *Gazeta do Povo*, Francisco Cunha Pereira, um dos idealizadores do Movimento Pró-Paraná, que debate soluções para os problemas locais. Observou que graças ao empenho pessoal do homenageado o Paraná passou a receber *royalties* da hidrelétrica de Itaipu e ganhou o gasoduto do norte do estado.



Osmar afirma que governo conversou com todos os partidos, menos o PDT



Virgílio (foto à esq.) diz que PSDB acompanhará Kátia Abreu, cujo parecer, em razão de vista concedida por Maciel, será votado hoje



Leopoldo Silva

Kátia Abreu pede rejeição da prorrogação da CPMF

Conforme anunciara desde o início de outubro, quando fora designada relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da proposta de emenda constitucional que mantém até dezembro de 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou, na tarde de ontem, seu parecer contra a prorrogação da cobrança do tributo, que considera inconstitucional.

Quanto à Desvinculação das Receitas da União (DRU) – mecanismo que confere mais flexibilidade à alocação dos recursos orçamentários –, que a proposta também prorroga até aquela data, a relatora opinou pela manutenção, desde que, a partir de 2009, sejam excluídos da desvinculação os recursos destinados à

educação.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), ofereceu voto em separado pela aprovação integral da PEC 89/07 e rejeição de todas as emendas. Jucá também apresentou pedido de vista da matéria, no que foi seguido por vários senadores. A vista foi concedida pelo presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), por 24 horas, e com isso a decisão final sobre o destino da CPMF na CCJ ficou para a reunião de hoje, a partir das 16h30.

A reunião destinada à leitura do relatório de Kátia Abreu foi marcada pelo anúncio da substituição de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que ocupava uma vaga na CCJ como representante do Bloco de Apoio ao Governo, pela líder do bloco, Ideli Salvatti

(PT-SC), numa manobra para garantir um voto favorável à prorrogação. Apesar de fazer parte da base, Mozarildo vinha dando declarações no sentido de rejeitar a continuidade do tributo.

A decisão do colegiado sobre o chamado imposto do cheque será por maioria simples – a CCJ tem 23 membros. Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB – partido com o qual o governo manteve intensa negociação em busca de apoio – ressaltou que a bancada votará em bloco com a relatora.

– Não podem nos pedir que nos descaracterizemos. Podemos conceder tudo, menos a honra – disse.

Qualquer que seja o resultado, na comissão, a proposta irá ao Plenário. Ela poderá ser incluída na pauta cinco dias após concluída sua votação na CCJ.

Para relatora, tributo prejudica o crescimento

O principal argumento de Kátia Abreu para justificar seu voto que rejeita a prorrogação da CPMF é que o fim da cobrança levaria a um crescimento adicional de cerca de 0,4% do produto interno bruto (PIB). Na avaliação da relatora, a alta carga tributária do país tem provocado justamente o contrário.

Kátia Abreu citou em seu parecer pesquisa do Banco Central que mostra que o imposto do cheque causa um aumento de cerca de 0,93% na Selic – taxa básica de juros. Com a extinção do imposto e a conseqüente queda dos juros, os empresários investiriam mais, o que, pelas contas da relatora, já geraria um crescimento adicional de 0,2 ponto percentual do PIB. O 0,6% total de crescimento acumulado representaria, ainda de acordo com os dados mencio-

nados no relatório, arrecadação de R\$ 3,6 bilhões.

Segundo a senadora, o restante da receita necessária para substituir a CPMF – estimada em R\$ 40 bilhões em 2008 – viria da reestimativa de gastos com os Poderes e com a administração e das receitas (conforme a senadora, há excesso de arrecadação no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias); do cancelamento das despesas de capital não empenhadas (como emendas parlamentares); da diminuição das despesas com juros; e do superávit orçamentário.

O relatório também procura derrubar três “mitos”, segundo palavras da senadora, que estariam sendo propagados pelo governo para justificar a CPMF: a necessidade de sua manutenção pela preservação do programa

Bolsa Família, os supostos riscos aos investimentos na saúde e o perigo à continuidade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Kátia Abreu explicou que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, do qual faz parte o Bolsa Família, é composto por recursos oriundos de diversas fontes, e não apenas da CPMF. Quanto à saúde, a relatora afirmou que a Emenda Constitucional 29 determina que as despesas do setor têm que equivaler ao que foi gasto no ano anterior acrescido da variação do PIB nominal.

Em relação ao PAC, ela destacou que, dos recursos previstos para aplicação no programa, a parcela de investimentos da União corresponde a 13,4% do total – o restante será dividido entre estatais (43,5%) e setor privado (43,1%).

Agripino: “Temos de ajudar o governo a cumprir sua palavra”

O líder do DEM, José Agripino (RN), em discurso no Plenário do Senado, defendeu o relatório da senadora Kátia Abreu, apresentado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contrário à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A cobrança está prevista para se encerrar no final do ano.

– É um imposto que está em nossas mãos encerrar. O governo tem obrigação de terminá-lo, porque disse que, se identificasse algum aumento de carga tributária, tomaria a iniciativa de baixar. Se não está baixando, nós temos de ajudá-lo a baixar, votando contra a prorrogação da CPMF, para que o governo cumpra com a palavra que deu ao Brasil – assinalou Agripino.

Desaprovação

O parlamentar afirmou que, após consultas à população, a maioria se manifestou amplamente favorável ao fim da cobrança do imposto “perverso e antipático”. Ressaltou que o Brasil paga níveis de impostos cobrados na Suécia. Citou informações do texto de Kátia Abreu ao dizer que o preço de uma geladeira é metade formado por impostos, incluindo-se a CPMF, e que é importante mostrar à população que ela paga a contribuição, mesmo não tendo conta corrente.

Também argumentou, de acordo com dados do relatório, que o fim da contribuição não afetará as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, já que apenas 13,4% de recursos da União estão sendo injetados nas obras e, desses, nem 20% foram executados até agora. Agripino destacou ainda que, caso se encerre a cobrança, há o imediato remanejamento de recursos não utilizados do Orçamento da União para o Bolsa Família.



Agripino defende o fim da CPMF, um “imposto perverso e antipático”

Gerardo Magela

Gerardo Magela

Líder do governo contesta, no voto em separado apresentado à CCJ, os argumentos do parecer de Kátia Abreu e afirma que maior parte dos recursos da contribuição será destinada à saúde pública

Fim da CPMF comprometeria gastos sociais e investimentos, adverte Jucá

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), defende – no voto em separado que apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em contraponto ao parecer da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) – a necessidade de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para não comprometer os gastos sociais e os investimentos.

Segundo Jucá, da alíquota da CPMF, que é de 0,38%, 0,20% (R\$ 16,5 bilhões) será destinado ao Fundo Nacional de Saúde, para o financiamento de ações e serviços correspondentes à área; 0,10% (R\$ 8,3 bilhões) à Previdência Social; e 0,08% (R\$ 8,3 bilhões) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que financia programas como o Bolsa Família.

Jucá contesta o argumento da relatora, para quem o governo federal poderia abrir mão da CPMF, substituindo a arrecadação por outros recursos presentes no Orçamento.

– Isso só seria possível em duas alternativas indesejáveis. A primeira seria comprometer a meta de superávit



Jucá: governo não pode substituir contribuição por outras fontes

primário estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal. A segunda seria reduzir as despesas discricionárias passíveis de contingenciamento, comprometendo o Programa de Aceleração do Crescimento e outros igualmente importantes – disse Jucá.

Risco

Segundo o líder do governo, a redução do superávit primário representaria uma sinalização negativa para a economia e poderia colocar em risco o equilíbrio fiscal, com conseqüente aumento da inflação e da taxa de juros. O crescimento da economia

seria igualmente prejudicado pela redução dos investimentos.

Jucá também refutou o argumento da regressividade, segundo o qual a CPMF, por incidir em cascata sobre toda a cadeia produtiva, prejudicaria principalmente os mais pobres. Ele citou estudos que estimam o ônus do tributo sobre a renda familiar em 1,3% e concluem que esse ônus é uniforme em todas as faixas de renda. Seria, assim, proporcional, e não regressivo, observou.

– É verdade que o custo da CPMF paga pelas empresas nas diversas etapas da cadeia de produção e comercialização é transferido, como regra geral, ao preço final dos bens e serviços ofertados ao consumidor, tal como ocorre com os tributos indiretos [ICMS, ISS, Cofins, PIS/Pasep e IPI]. É de observar, contudo, que, pelo fato de sua alíquota ser muitíssimo menor que a de cada um dos tributos referidos, a parcela que lhe cabe na majoração do preço dos bens e serviços é insignificante.

Além disso, ele frisou que servidores públicos federais

que ganham até três salários mínimos, ou R\$ 1.140, podem compensar o pagamento da CPMF na alíquota paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Contra o argumento da cumulatividade, Jucá ressaltou que esse efeito é compensado e até anulado pela capacidade da CPMF de combater a sonegação fiscal, faculdade que lhe seria atribuída especialmente por sua simplicidade e pela baixa alíquota.

O voto em separado de Jucá também contesta a afirmação de Kátia Abreu segundo a qual haveria um efeito direto entre a eliminação da CPMF e a queda da Selic, taxa básica de juros da economia. Conforme o senador, a redução da Selic, de fato, estimularia o crescimento do produto interno bruto (PIB), mas isso só ocorreria num cenário de equilíbrio fiscal. A seu ver, isso não seria possível sem o chamado imposto do cheque.

Os membros da CCJ decidirão hoje, a partir das 16h30, entre o relatório de Kátia Abreu e o voto em separado de Romero Jucá.



Mozarildo considerou o gesto “truculento e deselegante”

depois de esgotadas, segundo disse, as conversas para convencer Mozarildo a mudar seu voto.

– Na sua intransigência de votar contrário, ele [Mozarildo] fica mantido na CCJ, mas não terá o direito ao voto, porque não estará mais na condição de efetivo – explicou Ideli.

Ao opinar sobre a troca, Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou que, se houvesse algum parlamentar em seu partido disposto a votar a favor da CPMF, teria feito o mesmo que Ideli.

– Esse gesto foi muito bom porque cristalizou o voto do senador Mozarildo em Plenário – disse Virgílio.

Outras substituições foram

Duque quer medalha para menino que salvou vizinha



Paulo Duque: Riquelme é herói

O ato do menino Riquelme Wesley dos Santos, de cinco anos e quatro meses, que salvou de um incêndio a vizinha Andrieli dos Santos, de um ano e cinco meses, na cidade de Palmeira (SC), foi destacado em Plenário por Paulo Duque (PMDB-RJ). Para ele, o garoto “é um herói nacional”,

por ter resgatado o bebê do incêndio.

– Demonstra o valor da raça brasileira. Esse menino tornou-se um dos meus heróis – disse Paulo Duque.

Na opinião do senador, o garoto (que praticou o ato de heroísmo vestido de Homem-Aranha) merece receber uma medalha do governo brasileiro. Ele sugeriu que Riquelme dos Santos receba a Medalha de Distinção, por ato de “heroísmo, coragem e bravura”, criada pelo Decreto 58, de 14 de dezembro de 1889.

– Resolvi apresentar, amanhã mesmo, um projeto de lei baseado nesse decreto, um dos primeiros da República provisória brasileira, concedendo a medalha de ouro, de primeira classe, por ato de heroísmo, a esse garoto, que só vai entender isso daqui a alguns anos – anunciou Paulo Duque, lembrando que o menino já foi adotado como herói do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

PSDB se prepara para retomar poder, afirma Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que seu partido está se preparando para, em 2010, eleger o novo presidente da República. O senador fez o comentário ao informar, em discurso no Plenário, que se elegeu para presidir o diretório regional do partido pelos próximos dois anos. Ao anunciar que a legenda vai deflagrar a preparação para o “embate político” em 2008, Flexa Ribeiro afirmou que os tucanos estão dispostos a conquistar mais prefeituras (hoje, eles administram 30 de 142 municípios paraenses), além de ampliar o contingente de 200 vereadores, dos quase 1.200 que integram as câmaras municipais.

Flexa Ribeiro salientou ainda que a convenção, realizada na assembléia estadual, foi uma grande festa cívica, com reunião de filiados das mais diferentes regiões do estado. O evento, de acordo com o senador, mostrou que o PSDB é um partido “vivo e forte na política paraense”. Hoje, a legenda possui dois senadores, três deputados federais e dez estaduais, segundo ele a maior bancada na assembléia paraense.

Ao circular pelas diversas regiões do estado, Flexa Ribeiro disse que verificou as carências da população por serviços públicos e a crescente insatisfação dos paraenses com o governo atual, depois de 11 meses de gestão.



Flexa Ribeiro: Pará quer mudança

Substituído, Mozarildo confirma voto contra

A substituição do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na Comissão de Justiça, momentos antes da leitura do relatório de Kátia Abreu sobre a prorrogação da CPMF, causou polêmica no colegiado. Mozarildo, que era titular da CCJ, passou à condição de suplente e sua vaga agora é ocupada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do Bloco de Apoio ao Governo, que determinou a substituição.

– Eu já tinha razões de ordem técnica e de consciência para votar contra. Agora, tenho um motivo político. Vou votar contra a CPMF – afirmou Mozarildo, em entrevista à imprensa, explicando que só ficaria a favor

da continuidade da contribuição se sua vigência fosse de apenas um ano e houvesse garantias de realização de uma reforma tributária.

O senador afirmou ter sido comunicado da substituição pouco antes do começo da reunião do colegiado e chamou o gesto de “truculento e deselegante”, embora tenha reconhecido que a troca foi regimental.

Ideli Salvatti esclareceu que o parlamentar continuará na CCJ como suplente, retornando à condição de titular depois de terminada a votação da prorrogação do tributo. Ela reconheceu que o placar da votação na comissão deverá ser apertado, o que motivou a troca,

MPs revogatórias trancam votações em Plenário

Três medidas provisórias passaram a trancar a pauta do Plenário. As MPs 390/07, 391/07 e 392/07 – lidas ontem – foram baixadas pelo governo para revogar outras três medidas que, em meados de setembro, trancavam a pauta da Câmara. O objetivo foi abrir espaço para a votação, em primeiro turno, da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) naquela Casa.

A MP 390/07 revogou a 379/07, que estendia o prazo para renovação de registro de armas. Após a revogação, o governo editou a MP 394/07, que estende o prazo para 2 de julho de 2008 e está na pauta do Plenário da Câmara. Já a MP 391/07 foi editada para anular a “MP dos Sacoleiros” (380/07). Ela foi substituída por um projeto de lei que tramita em regime de urgência e também se encontra na Câmara (PLN 2.105/07).

Já a MP 392/07 revogou a 382/07, que concedia incentivos fiscais na compra de máquinas e equipamentos aos setores têxtil, moveleiro, de calçados e artefatos de couro e de confecções. A matéria foi reapresentada em forma de projeto após a revogação e transformou-se na Lei 11.529/07.

Resultados de pesquisa sobre licença-maternidade

Os resultados de pesquisa de opinião realizada pelo Instituto DataSenado sobre a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses serão divulgados hoje, às 14h, pelo presidente interino do Senado, Tião Viana.

Durante audiência no gabinete da Presidência, as pesquisas serão apresentadas à autora do projeto, Patrícia Saboya (PDT-CE); ao relator, Paulo Paim (PT-RS); e ao presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, dr. Dioclécio Campos Júnior, autor do anteprojeto.

A proposição foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 18 de outubro. Agora, precisa ser apreciada pela Câmara. Conforme a proposta, as empresas que quiserem aderir à licença ampliada poderão descontar, integralmente, nos impostos federais, a quantia referente aos dois meses excedentes do salário da trabalhadora. O texto aprovado assegura o direito também às servidoras públicas federais e às mães adotivas.

Caso os três relatórios sejam analisados pelo Conselho de Ética até o próximo dia 20, e a decisão do colegiado seja pela perda do mandato, o Plenário deverá julgá-los dois dias depois

Viana quer votar no dia 22 os processos contra Renan

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), declarou ser favorável à votação em Plenário, até o dia 22 deste mês, de todos os processos contra Renan Calheiros (PMDB-AL) que tramitam no Conselho de Ética.

– Já estou fazendo um apelo aos senadores para que estejam na Casa nesse dia, uma quinta-feira.

O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), também defendem o julgamento dos processos em Plenário no dia 22, caso a decisão no conselho, após a votação dos três relatórios até o próximo dia 20, seja pela perda do mandato de Renan.

O conselho está com uma agenda movimentada. Hoje, às 10h, o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, presta informações, em caráter reservado, a Quintanilha e a Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo que apura denúncias de que Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em seu estado. O governador foi convidado por sugestão do próprio Renan.

Para amanhã, está prevista a entrega do relatório de Jefferson Péres ao conselho. Quintanilha afirmou que poderá convocar reunião para o mesmo dia, com o objetivo de analisar o parecer.

Também amanhã poderá ter um desfecho o processo destinado a investigar denúncias de que Renan teria utilizado prestígio político para favorecer a cervejaria Schincariol. O relator da matéria, João Pedro (PT-AM), passou o final de semana trabalhando no relatório final, segundo informou sua assessoria de imprensa.

Já Almeida Lima (PMDB-SE), relator do processo que apura denúncias de que o presidente licenciado e o empresário Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema de propinas para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB, aguarda a entrega da defesa prévia de Renan para concluir seu relatório.

Mercadante defende internet banda larga em todas as escolas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) voltou a defender projeto de lei de sua autoria que determina a implantação de computadores, conectados com banda larga à internet, em todas as escolas públicas brasileiras até 2013. A proposta, já aprovada pela Comissão de Educação, prevê o uso de 75% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para financiar a informatização das escolas. Prevê ainda que qualquer empresa da área de telecomunicações poderá utilizar os recursos do Fust, e não mais apenas as concessionárias de telecomunicações, conforme a lei atual.

O Fust arrecada cerca de R\$ 1 bilhão por ano e já tem R\$ 5

bilhões em caixa. Estudo do Ministério das Comunicações mostra que o número de estabelecimentos de ensino sem acesso à internet é de 155.642. O PLS 103/07, que prevê um custo total de R\$ 6 bilhões na implantação do programa, determina a aquisição de um computador com acesso à internet para cada grupo de dez alunos, em cada turno. Segundo Mercadante, 47 milhões de estudantes brasileiros do ensino fundamental estão à margem da internet e têm o direito de obter acesso a essa ferramenta educacional.

– Londres tem mais computadores conectados à internet em banda larga do que o Paquistão, que tem 170 milhões de habitantes. A Dinamarca tem mais que toda a



Fotos: Gerardo Magela

Mercadante quer computadores em todas as instituições de ensino até 2013

América Latina – comparou.

Para o senador, o Brasil está em posição inaceitável, pois na América Latina encontra-se atrás da Argentina, do Chile e do Uruguai nesse aspecto.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que Roraima não tem banda larga e solicitou à Anatel que cobre das operadoras a implantação da rede.

Papaléo pede investigação de ONGs da Amazônia

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem que a CPI das ONGs também concentre esforços nas entidades que atuam na região amazônica, muitas delas envolvidas com biopirataria e até contrabando de material mineral.

– É pertinente cobrar das autoridades a formulação de um marco regulatório para a



Papaléo Paes menciona envolvimento com biopirataria e contrabando mineral

atuação das ONGs no Brasil e especialmente na Amazônia – disse o senador.

Para não prejudicar a atuação das entidades do terceiro setor que realmente produzem

beneficentárias e impedir o enriquecimento de oportunistas à custa de dinheiro público, mais uma vez o senador reforçou a necessidade de elaboração de normas legais para as ONGs.

– Quando o Estado contrata sem exigir metas, sem definir tarefas e sem avaliar resultados, está sujeito a condições perigosamente favoráveis para que organizações tirem proveitos perversos – alertou.

Papaléo sugeriu que o foco das averiguações da CPI sejam as organizações nitidamente associadas com verba pública.

Pavimentação é festejada por Ideli

A pavimentação de um trecho de 29 quilômetros da BR-282, em Santa Catarina, foi comemorada por Ideli Salvatti (PT-SC). A estrada vai ligar os municípios de São Miguel do Oeste e Paraíso, na fronteira com a Argentina.

Segundo a senadora, essa interligação viária com países vizinhos permitirá que produtos brasileiros possam ser exportados a partir de portos de outros países, como o Chile, e alcancem com maior facilidade o mercado asiático.

Ideli também elogiou a recuperação da indústria têxtil catarinense, em especial o grupo Hering.

Augusto lamenta situação de rodovia

A BR-174, que liga Roraima ao Amazonas e à Venezuela, foi considerada “em péssimas condições” por Augusto Botelho (PT-RR). O senador anunciou que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, atendeu a um pedido seu para que a rodovia seja inteiramente recuperada a partir do próximo ano.

Augusto disse que a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) analisou mais de 87 mil quilômetros de rodovias em todo o Brasil. “A conclusão é terrível: 54% da malha rodoviária estão com pavimento em estado regular, ruim ou péssimo.”

Debate sobre Brigada Militar do RS

Paulo Paim (PT-RS) disse que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul vai formar uma comissão de alto nível para discutir com a governadora Yeda Crusius as condições de trabalho da Brigada Militar estadual.

– Já foram 37 brigadistas assassinados, 12 se suicidaram e, na quinta-feira, o brigadista Emerson Ventura foi assassinado em diligência policial. Trabalham sem viatura, sem armamento adequado e recebem o equivalente a dois salários mínimos.

Paim disse ainda que participou de audiência sobre os indígenas da etnia charrua.



“É um exemplo para os nossos governantes de hoje”, diz Camata sobre d. Pedro II

Gerson Camata elogia atuação de ex-imperadores

Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou ontem a figura do ex-imperador brasileiro d. Pedro II. O senador elogiou a trajetória do monarca, que governou o Brasil por 50 anos. Após a Proclamação da República, acrescentou Camata, d. Pedro II recusou a pensão oferecida pelo governo brasileiro e acabou morrendo pobre. Em seu velório em Paris, onde faleceu, foi homenageado com a presença de representantes de 80 países, menos do Brasil.

– Homem dedicado e apaixonado por seu país – elogiou.

Para o senador, d. Pedro II era republicano e dizia que a imprensa livre representava “a grande auxiliar da missão de governar”.

– É um exemplo para os nossos governantes de hoje, diante de tanto escândalo que estoura por aí, um exemplo de homem dedicado ao seu país, amante do seu país, apaixonado pelo seu país – declarou o parlamentar.

Gerson Camata também elogiou a figura de d. Pedro I, “fundador do Brasil”, na interpretação do senador, por ter proclamado a independência do país. Falecido aos 33 anos, observou, d. Pedro I foi elogiado pelo jornal *New York Times*, que destacou ter sido o falecido imperador “o governante modelo do mundo, o mais ilustre monarca do século 19, que tornou o Brasil tão livre quanto uma monarquia pôde ser livre”.

– De modo que nós, republicanos, devemos à monarquia brasileira não só a unidade do país, mas os exemplos de hombridade, de honestidade, de respeito à coisa pública, que infelizmente estão faltando na República brasileira e que sobejaram no Império – afirmou Camata.

Voto de pesar

O senador apresentou requerimento pedindo voto de pesar pelo falecimento, no sábado, no Espírito Santo, do desembargador e ex-deputado Antônio José Miguel Feu Rosa, aos 73 anos. Renato Casagrande (PSB-ES) e Magno Malta (PR-ES) subscreveram o pedido.

Valdir Raupp, relator de propostas que tramitam na CCJ, diz que principal problema para elaborar parecer refere-se ao pagamento das dívidas de maior valor

Comissão de Justiça discute PECs sobre precatórios judiciais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza amanhã, a partir das 14h30, audiência pública sobre as propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam dos precatórios judiciais. O debate foi requerido pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator das PECs sobre o assunto que tramitam na CCJ.

Foram convidados para a audiência o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, ou secretário de estado que ele designar para representá-lo; os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo



Raupp defende deságio para permitir que estados e municípios honrem suas dívidas

Marcos Borges Rizzo; o prefeito de Diadema (SP), José Filippi Júnior; e o juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RO) Vulmar de Araújo Coelho Júnior.

Na última audiência pública em que o assunto foi abordado, realizada no dia 16 de outubro, Valdir Raupp afirmou que, das inúmeras matérias que já relatou, essa é a mais intrincada porque os pontos de divergência são muito fortes. Desse último encontro participaram representantes da OAB, da Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo e da Secretaria do Tesouro Nacional.

O senador disse que o principal problema que está enfrentando para elaborar o seu parecer relaciona-se ao pagamento dos precatórios de maior valor. Raupp defendeu a instituição de um deságio para permitir que estados e municípios possam honrar suas dívidas.

Interferência de rádios piratas no tráfego aéreo pode ser tema de debate

Amanhã, às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverá votar requerimento do senador Valter Pereira (PMDB-MS) para a realização de audiência pública destinada a debater interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro. A imprensa vem veiculando denúncias de que rádios piratas têm atrapalhado a atuação de controladores de vôo e de pilotos de avião, especialmente nos aeroportos de São Paulo.

O requerimento pede a presença do superintendente de Radiofrequências e Fiscalização da Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel), Edilson Ribeiro dos Santos; da secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu; do diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), major-brigadeiro Ramon Borges Cardoso; e do professor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Martins da Silva.

Outra matéria em pauta é o projeto do senador Adelmir Santana (DEM-DF) segundo o qual cada instituição financeira deve fornecer aos clientes, de forma eletrônica e



Requerida por Valter Pereira, audiência pública pode trazer especialistas à CCT

gratuitamente, um “cadastro positivo”, com histórico de crédito do cliente junto à instituição nos últimos cinco anos. O parecer do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) é favorável à matéria e destaca que, com o cadastro, seria mais fácil para os clientes mudarem de instituição financeira.

CRE analisa indicação para embaixada na Índia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa, às 10h30 de hoje, mensagem presidencial indicando o diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, ao Reino do Nepal e às repúblicas das Maldivas e de Bangladesh.

Diniz Brandão, que é ministro de primeira classe desde junho de 2000, tem larga experiência na região do Sudoeste Asiático, já tendo exercido o cargo de em-

baixador em Bangkok (Tailândia) entre 2001 e 2005, onde recebeu a condecoração máxima do país – a Most Exalted Order of the White Elephant.

Segundo o Itamaraty, o comércio entre o Brasil e a Índia começou a expandir-se a partir de 2000, tendo atingido a marca de US\$ 2 bilhões em 2006. A Índia tornou-se o quarto parceiro comercial do Brasil na Ásia, depois do Japão, da China e da Coreia, e, em contrapartida, o Brasil passou a ser o maior parceiro da Índia na

América Latina.

Depois da visita do presidente Lula à Índia, em 2004, esboçou-se um quadro de relações bastante dinâmico, que culminou com as negociações do Acordo de Preferências Fixas Mercosul-Índia. Embora o acordo ainda não tenha sido ratificado pelo Congresso brasileiro, as negociações comerciais entre o Mercosul e a Índia prosseguem em dois sentidos: aprofundamento das preferências já concedidas e ampliação da lista de produtos contemplados.

Paim lança livro na Feira de Porto Alegre

Paulo Paim (PT-RS) deu autógrafos, por mais de cinco horas, durante o lançamento de seu livro *Pátria Somos Todos*, no estande do Senado, na 53ª Feira do Livro de Porto Alegre. À sessão de autógrafos, com mais de mil pessoas no sábado, segundo a assessoria do senador, estiveram presentes também o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Frederico Antunes, o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto e o deputado estadual Dionilso Marcon. O livro traz um prefácio do vice-presidente da República, José Alencar. Paim revela que a obra vislumbra a história da imigração e da colonização do Rio Grande do Sul.

Secretário do Tesouro presta contas na CMO

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, comparece hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para fazer uma avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2007, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A reunião no colegiado está marcada para as 14h.

A legislação, criada em maio de 2000, tem por meta estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, de forma planejada e transparente. O objetivo é prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.



Gerardo Magela

Casagrande: dados mostram que drogas afetam jovens de todas as classes

Casagrande defende inserção social de jovens para evitar uso de drogas

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a implantação de políticas que promovam a inserção social dos jovens. Ele citou dados de uma pesquisa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e publicada pelo *Correio Brasileiro*, em outubro, que mostra o perfil do consumidor de drogas ilícitas brasileiro: a maioria é homem, jovem e da classe A.

A partir de informações coletadas pelo IBGE, o estudo “O estado da juventude: drogas, prisões e acidentes”, do pesquisador Marcelo Neri, revelou que 85% dos consumidores de drogas no Brasil são brancos, dos quais 62% estão na classe A; 60% deles têm de oito a 11 anos de estudo – a média de estudo é de cinco anos no Brasil; e 80% ocupam a

posição de filhos dentro de casa, no lugar de chefe da família ou cônjuge.

– Ao revelar o perfil do consumidor de drogas no Brasil, os dados nos impõem a necessidade de o Estado intensificar a promoção das políticas públicas de inserção social dos jovens menos favorecidos, mas olhando também para os filhos das classes média e alta

deste país – declarou Casagrande. Ele ainda disse que o Parlamento não pode fugir do debate.

Feu Rosa

A morte de Antônio José Miguel Feu Rosa, ex-desembargador e ex-deputado federal, ocorrida no sábado, também foi mencionada pelo senador, que enviou condolências à família. Feu Rosa tinha 73 anos.

João Pedro: a Vale lucra muito, mas investe pouco

A Companhia Vale do Rio Doce deveria investir mais na Amazônia, segundo ressaltou João Pedro (PT-AM). Ele observou que a empresa obteve lucro recorde de R\$ 15 bilhões, mas, se comparada à estatal Petrobras, aplica pouco em projetos ambientais, sociais ou culturais.

– E o que fica para o povo da Amazônia desse fabuloso lucro? Isso não se discute, o que se discute é o porrete nas costas do trabalhador – assegurou João Pedro.

O senador disse que a Vale é a segunda maior empresa brasileira, perdendo apenas para a Petrobras. Entretanto, enquanto a estatal paga R\$ 27 bilhões anuais de impostos, a Vale paga apenas R\$ 2 bilhões.

– Será que seus dirigentes não têm vergonha de tirar tanto da Amazônia e deixar seu povo com fome, sem moradia, sem escola? – questionou João Pedro.

O senador afirmou que a Vale investe, anualmente, R\$ 286 milhões na área social e R\$ 317 milhões na ambiental. Já a Petrobras, acrescentou João Pedro, investe R\$ 546 milhões na área social e R\$ 1,4 bilhão no setor ambiental.

Voto de pesar

João Pedro também apresentou requerimento pedindo voto de pesar pelo falecimento, no final da semana passada, de Jorge Terena, “uma das maiores lideranças do movimento indígena do país”.



Gerardo Magela

João Pedro: “Dirigentes não têm vergonha de tirar tanto e deixar povo com fome?”

Exploração de petróleo deverá reforçar a cidadania, diz Suplicy

“Então, deixaremos de ver essa coisa tristíssima de hoje: milhões de brasileiros descalços, analfabetos, andrajosos, na miséria”, afirma senador ao comentar nova descoberta

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a exploração futura de petróleo na reserva localizada no litoral entre Santa Catarina e Espírito Santo poderá gerar divisas para reduzir a desigualdade social no país. Segundo ele, o anúncio da descoberta da província petrolífera, feito pela Petrobras na semana passada, torna relevante a discussão do projeto de lei de sua autoria que institui o Fundo Brasil de Cidadania, que prevê o recebimento de uma renda mínima básica por todos os brasileiros, independentemente de origem social ou condição socioeconômica (PLS 82/99).

A proposta já foi aprovada pelo Senado e tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Suplicy disse que manteve con-



Gerardo Magela

Suplicy insiste na relevância de se debater projeto que garante renda mínima básica

tato recente com o ex-superintendente-adjunto de Exploração da Petrobras nos anos 80, o geólogo Giuseppe Bacocoli, que teria sido o pioneiro a divulgar informações científicas sobre a reserva localizada entre Santa Catarina e o Espírito Santo. De acordo

com Suplicy, o ex-funcionário da Petrobras teria lhe explicado que a capacidade anunciada do campo petrolífero é prematura, tendo em vista que se trata de uma reserva provável, e não uma reserva provada.

– Espero que se cumpra a profecia de Monteiro Lobato. No dia em que o Brasil passar de comprador a vendedor de petróleo, então, deixaremos de ver essa coisa tristíssima de hoje: milhões de brasileiros descalços, analfabetos, andrajosos, na miséria

Canudos

Suplicy anunciou a encenação do espetáculo *Os Sertões* pelo grupo Teatro Oficina Uzyna-Uzyna, do diretor teatral José Celso Martinez Corrêa, amanhã, em Quixeramobim (CE), e de 28 a 2 de dezembro, em Canudos (BA).

Virgílio: “Governo cria factóides para ludibriar opinião pública”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu ao governo do presidente Lula que pare com o “oba-oba” em torno da descoberta de uma nova jazida gigante de petróleo na bacia de Santos “e comece a falar sério a respeito do assunto”. Ele disse que esse “oba-oba” do governo fez alguém ganhar dinheiro com as ações da Petrobras.

– Fico espantado com a forma com que o governo cria factóides para ludibriar a opinião pública. Do jeito que foi vendido, parece que o petróleo era para amanhã, mas vai demorar no mínimo sete anos para se extrair algum petróleo. Somente para construir as plataformas, serão necessários US\$ 40 bilhões, fora o restante

da logística.

Segundo Virgílio, o tipo de petróleo encontrado no campo gigante é o chamado pré-sal e é muito caro extraí-lo devido à profundidade. Para que seja economicamente viável, prosseguiu o senador, seria necessário que o preço do barril se mantivesse em US\$ 100, “o que seria insuportável para a economia mundial”.

Heráclito Fortes (DEM-PI), em aparte, colocou sob suspeita o movimento especulatório com as ações da Petrobras e disse que é preciso passar um “pente fino” nessas operações para saber quem lucrou com a valorização de 17%.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o anúncio festivo da des-



Leopoldo Silva

Extração do petróleo da reserva gigante é cara e vai demorar, alerta Virgílio

coberta não passou de *marketing* para desviar a atenção do apagão energético e da crise do gás.

Virgílio apresentou requerimento de convocação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e dos dirigentes da Anac, da Infraero, da TAM, da Gol e da Nova Varig, para prestarem esclarecimentos sobre os constantes atrasos e cancelamentos de vôos em todo o país.



Gerardo Magela

Para Heráclito, presidente da República também deve ser cobrado

Heráclito lamenta fechamento da BRA e atitude de Lula

Em pronunciamento no Plenário, Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou que o fechamento da companhia aérea BRA esteja prejudicando exatamente a população mais pobre, que procurava substituir “as perigosas e cansativas viagens de ônibus” pelos aviões da empresa. O senador também criticou o presidente Lula por se deixar fotografar ao lado do dono da BRA, durante cerimônia de anúncio da compra de 20 aviões da Embraer pela companhia, há cerca de 45 dias, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– Sábado passado, fui abordado por um passageiro em desespero, que me disse que comprou passagens para viagem de fim de ano e estava no aeroporto antecipadamente, procurando uma saída. Eu perguntei por que ele comprou, com tanta antecedência, passagens em uma companhia de terceiro nível. Ele me disse que pelo simples motivo de o presidente Lula ter sido fotografado ao lado do dono da empresa. Vejo o Procon cobrar da companhia, mas é preciso cobrar também do presidente da República – frisou.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) concordou com o argumento de que o presidente não pode ser exposto a fatos dessa natureza, mas disse que Lula não poderia ser responsabilizado pelos problemas de uma empresa privada.